

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 095

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 026ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE JUNHO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cesar Seleme.

Às vinte horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observação.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Questão de Ordem)

Senhor presidente, quero registrar a presença, nesta noite, do diretor presidente do Colégio Novo Tempo, Valdir Aves Camargo, ali no Pinheirinho, do qual me orgulho de fazer parte do quadro de alunos desse Colégio, que lutam, incansavelmente, à busca da qualidade de ensino do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado, nobre deputado Custódio da Silva

Não havendo Expediente a ser Lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2001, que autoriza do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, a aportar recursos financeiros para integralizar o capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, passando sua vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 247/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, instituída pela Lei nº 11741, de 19 junho de 1997, alterada para Agência de Fomento do Paraná S/A pela Lei nº 12419, de 13 de janeiro de 1999, passa a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, cujo Titular integrará seu Conselho de Administração, na qualidade de Presidente.

Art. 2º - Fica o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988, autorizado a aportar recursos financeiros, para integralização de capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, os quais não integrarão a base de cálculo para efeito do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12401, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Os recursos, de que trata o *caput*, serão aportados na Agência de Fomento do Paraná S/A, observada a legislação do Sistema Financeiro Nacional, devendo sua movimentação constar destacadamente em registro próprio, contemplando os recursos aportados, os retornos de empréstimos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e também os resultados auferidos em aplicações financeiras.

§ 2º - Os recursos de que trata este artigo, deverão destinar-se exclusivamente ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paraense.

§ 3º - Para atendimento ao disposto nesta lei, é elevado de 05 (cinco) para 06 (seis) o número de membros da diretoria de que trata o artigo 5º, da Lei nº 11741, de 19

de junho de 1997, com a redação dada pela Lei nº 12419, de 13 de janeiro de 1999.

Art. 3º - Fica a cargo do Serviço Social Autônomo Paranaidade instituído pela Lei nº 11498, de 30 de julho de 1996, a responsabilidade pela execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense, a serem financiados pela Agência de Fomento do Paraná S/A, cujo detalhamento será objeto de instrumento específico a ser financiado entre as partes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

Designo o deputado Geraldo Cartário, para relatar em plenário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 247/2001, oriundo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, constitucionalmente se encontra em condições de ser discutido e aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Parecer formulado pelo nobre deputado Geraldo Cartário.

Em votação o parecer. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam com estão. **Aprovado.**

Está em votação em 1ª Discussão, o Projeto 247/2001, de autoria do Poder Executivo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, senhores deputados temos uma mensagem do Governo que transfere a Agência de Fomento Paraná à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

A Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 35, reza o seguinte:

“É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de Fundo, Autarquia, Fundação ou Empresa Estatal dependente e outro, inclusive suas entidades da Administração Direta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º - Excluem-se da vedação a que se refere o *caput*, as operações entre instituições financeiras e estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da Administração Indireta que não se destinam a financiar direta ou indiretamente despesa correntes,

refinanciar dívidas não contraídas junto à própria Instituição cedente.

§ 2º - O dispositivo do *caput* não impede Estados e Municípios, de comprar Títulos de Dívida da União como aplicação das suas disponibilidades”.

O que a legislação fiscal quis fazer? Estancar a capacidade dos municípios de se endividar e ao mesmo tempo a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que os Fundos possam fazer empréstimos a entes dentro da Federação e nós temos dois Fundos no Paraná: o FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, ligado historicamente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, criado em dezembro de 88, que é alimentado pela aplicação, pelo retorno do PRAN, PEDU e Paranaurbano e isso tem realimentado esse Fundo.

O que o governo quer? Ele vai impedir, através do seu projeto de lei, da sua mensagem, que a Agência de Fomento do Estado do Paraná passe a se vincular à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Ora, através da reformulação do sistema financeiro nacional, só tem permissão de uma instituição pública por Estado, e para corrigir essa situação o governo editou a Medida Provisória 2139/64 que permitiu elevar as Agências à categoria de instituição financeira. Com isso, se atendermos ao projeto do governo, o que estaremos fazendo? Aportando a única Agência de Fomento que tem o Estado do Paraná que dispõe o Estado para financiar o desenvolvimento, a atividade econômica, no interior, na SEDU. Aí, ficaríamos prejudicados.

O que estamos propondo através dessa Emenda?

Propomos que mantenha a Agência na Secretaria da Fazenda e que o Fundo fique vinculado numa conta estanke para que o governo não possa se valer do hoje existente, nem do FDU, para que ele continue a ser gerido pelo secretário de Desenvolvimento Urbano, hoje, através do Paranaidade, porque é injustificável a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, amanhã, quando o FDE for para lá, - porque vai ter de ir -, estar financiando pequenas iniciativas como pequenos comércios lá, na atividade.

É salutar que esta Casa acate esta Emenda Substitutiva, no sentido de que permaneça na Secretaria de Desenvolvimento Urbano; transfira o FDU para Agência de Fomento, porque o que o governo está fazendo, é integralizar a Agência de Fomento, via Fundo de Desenvolvimento Urbano, e isso é impossível.

Se vincularmos numa conta e mantivermos, na Secretaria na Agência de Fomento, estamos preservando os municípios e a Agência de Fomento do Paraná.

É por isso que entendemos que a votação tem que ser pela Emenda Substitutiva apresentada, que diz o seguinte:

“PROJETO DE LEI Nº 247/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Agência de Desenvolvimento do Paraná S/A, instituída pela Lei nº 11741, de 19 junho de 1997, alterada para Agência de Fomento do Paraná S/A pela Lei nº 12419, de 13 de janeiro de 1999, passa a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, cujo Titular integrará seu Conselho de Administração, na qualidade de Presidente.

Art. 2º - Fica o Fundo Estadual de Desenvolvimento urbano - FDU, instituído pela Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988, autorizado a aportar recursos financeiros, para integralização de capital social da Agência de Fomento do Paraná S/A, os quais não integrarão a base de cálculo para efeito do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, alterado pela Lei nº 12401, de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Os recursos, de que trata o *caput*, serão aportados na Agência de Fomento do Paraná S/A, observada a legislação do Sistema Financeiro Nacional, devendo sua movimentação constar destacadamente em registro próprio, contemplando os recursos aportados, os retornos de empréstimos concedidos com a utilização desses recursos, incluindo juros e amortizações e também os resultados auferidos em aplicações financeiras.

§ 2º - Os recursos de que trata este artigo, deverão destinar-se exclusivamente ao financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública paranaense.

§ 3º - Para atendimento ao disposto nesta lei, é elevado de 05 (cinco) para 06 (seis) o número de membros da diretoria de que trata o artigo 5º, da Lei nº 11741, de 19 de junho de 1997, com a redação dada pela Lei nº 12419, de 13 de janeiro de 1999.

Art. 3º - Fica a cargo do Serviço Social Autônomo Paranaense instituído pela Lei nº 11498, de 30 de julho de 1996, a responsabilidade pela execução das ações necessárias à viabilização dos planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento das municipalidades, órgãos e entidades da administração pública para-

naense, a serem financiados pela Agência de Fomento do Paraná S/A, cujo detalhamento será objeto de instrumento específico a ser financiado entre as partes.”

Não se perde nada com relação à municipalidade e nós continuamos a manter, com certeza, esta aplicação e a finalidade do FDU.

Esta é a emenda que apresentamos e que esperamos colher o apoio para que corrijamos essa distorção em relação à Paraná Fomento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Vossa Excelência apresentará a emenda na outra Sessão Extraordinária.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sim, mas já fiz e já apresentei a emenda à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Fica registrado já para a próxima.

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, extraordinária, marcando outra para as vinte e uma horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/2001

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/2001

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2001

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 261/2001 e 269/2001

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025, 200, 202 e 229/2001

Levanta-se a sessão.